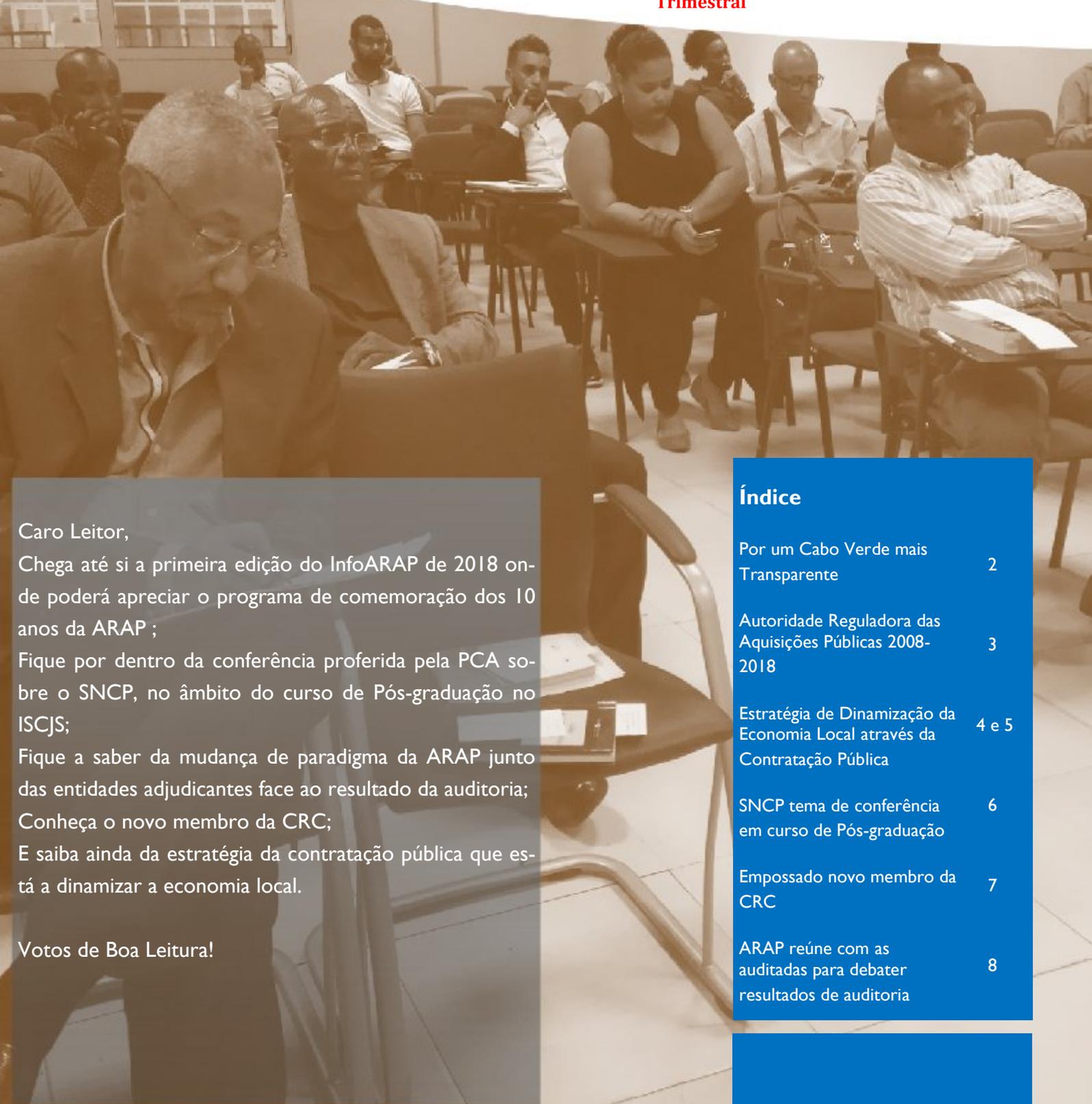




**Informativo  
Trimestral**

**Março 2018**



Caro Leitor,  
Chega até si a primeira edição do InfoARAP de 2018 onde poderá apreciar o programa de comemoração dos 10 anos da ARAP ;  
Fique por dentro da conferência proferida pela PCA sobre o SNCP, no âmbito do curso de Pós-graduação no ISCJS;  
Fique a saber da mudança de paradigma da ARAP junto das entidades adjudicantes face ao resultado da auditoria;  
Conheça o novo membro da CRC;  
E saiba ainda da estratégia da contratação pública que está a dinamizar a economia local.

Votos de Boa Leitura!

### Índice

Por um Cabo Verde mais Transparente	2
Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas 2008-2018	3
Estratégia de Dinamização da Economia Local através da Contratação Pública	4 e 5
SNCP tema de conferência em curso de Pós-graduação	6
Empossado novo membro da CRC	7
ARAP reúne com as auditadas para debater resultados de auditoria	8



## Por um Cabo Verde mais Transparente



“Por Um Cabo Verde Mais Transparente” é lema da ARAP em 2018. Ano em que a Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas comemora o seu décimo aniversário.

Do programa de actividades comemorativas dos 10 anos, constam 10 actividades a serem realizadas em 10 meses. E, conforme a agenda da comemoração, estão previstas várias ações que inclui divulgação de informação sobre a ARAP e a Contratação Pública, formação, visitas de trabalho, realização de conferências e palestras, campanha de divulgação na Rádio e TV, bem como troca de experiências entre a ARAP e os intervenientes diretos e indiretos do Sistema Nacional da Contratação Pública -SNCP.

O destaque especial vai para o mês de Maio, com a realização no dia 8, de um Fórum para debater o impacto da regulação da contratação pública na economia, data em que foi publicada no Boletim Oficial a criação da ARAP e aprovação do seu Estatuto.

No Fórum, testemunhos e olhares dos vários intervenientes e parceiros sobre os 10 Anos de atuação da ARAP serão apresentados na Revista Compras Públicas – uma edição de comemoração que irá marcar o encerramento do grande dia.

Próximos eventos:

Abril - Concurso/Passatempo de conhecimento “Contratação Pública: Eu Sei”

Maio - Fórum 10 anos da ARAP e Palestras nas Universidades

Junho - Fórum papel da mídia na promoção da boa gestão do dinheiro público

Agosto - Campanha de divulgação do CCP e RJCA nas redes sociais

Setembro - Formação em Contratação Pública

Outubro - Formação em Contratação Pública

Novembro - III Congresso Internacional de Compras Públicas

Dezembro - Apresentação pública dos resultados da Auditoria aos procedimentos de contratação pública conduzidos em 2017

## Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas 2008-2018

---

Foi em 2008 que a contratação pública começou a ganhar corpo em matéria de regulação, com a criação da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas, através do Decreto-Lei nº 15/2008, de 8 de Maio, que também aprovou o primeiro estatuto, tendo sido nomeados os membros do Conselho de Administração desta entidade, em Agosto de 2009.



Para além de instalar a entidade, era preciso capacitar as pessoas para o cumprimento da Lei e do Regulamento datados de 2007 e 2009 respetivamente. Algum tempo depois veio a necessidade de visitar as competências da ARAP e as dificuldades sentidas no próprio sistema de contratação pública. Foi assim que em 2015 entrou em vigor um Novo Estatuto, dotando a entidade reguladora de novas competências para o cumprimento das suas funções .

Durante esse percurso, esteve a frente da entidade reguladora a Presidente do Conselho de Administração Carla Soares, que faz um balanço positivo, tendo em conta a contribuição da ARAP na criação do Sistema de Contratação Pública em Cabo Verde. Considerando necessária o percurso da ARAP até hoje, Carla Soares advoga que é essencial para qualquer País ter um sistema de compras públicas, cujo funcionamento pressupõe ter instrumentos legais, público-alvo e princípios, visando essencialmente disciplinar o planeamento das aquisições públicas, a formação e a execução dos contratos públicos, com o objetivo de assegurar a boa gestão do dinheiro público, a sã concorrência no mercado, e a ética na condução dos procedimentos.

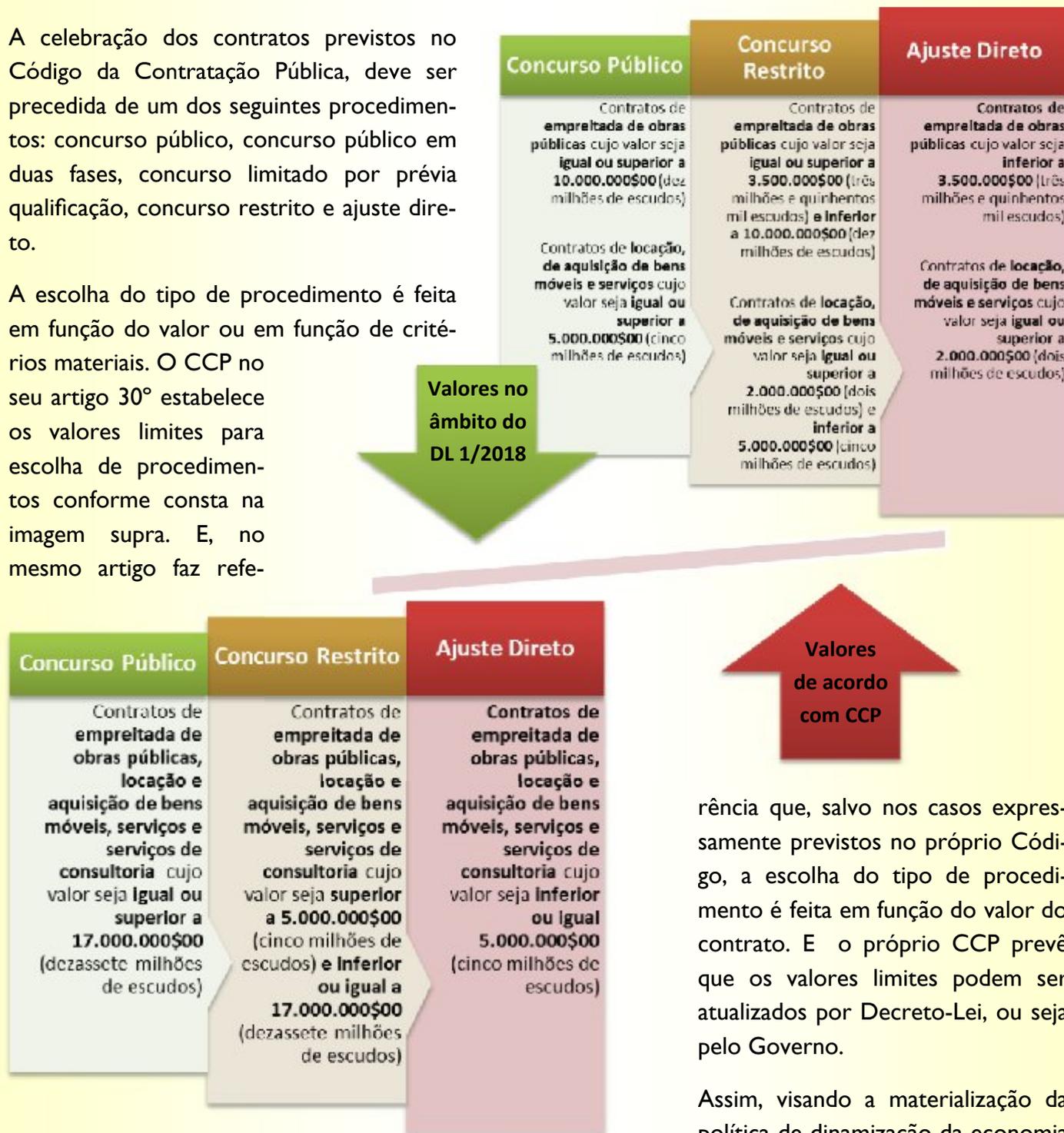
No entanto ainda persistem vários desafios, no que diz respeito a cumprimento da legislação por parte dos Intervenientes do Sistema e que é verificável através das ações de auditorias e supervisão e da atuação da Comissão de Resolução de Conflitos.

Ao longo dos anos a ARAP tem tido uma atuação pedagógica junto das entidades adjudicantes, sensibilizando e capacitando todos os intervenientes do SNCP. E, não obstante as competências acrescidas enquanto regulador, a ARAP ainda enfrenta limitações que precisam ser ultrapassadas, principalmente no que diz respeito a recursos humanos e financeiros. Só para exemplificar, a ARAP funciona atualmente com seis técnicos, sendo dois juristas, um técnico de comunicação, um técnico de RH, e um técnico financeiro e um estatístico.

## Estratégia de Dinamização da Economia Local...

A celebração dos contratos previstos no Código da Contratação Pública, deve ser precedida de um dos seguintes procedimentos: concurso público, concurso público em duas fases, concurso limitado por prévia qualificação, concurso restrito e ajuste direto.

A escolha do tipo de procedimento é feita em função do valor ou em função de critérios materiais. O CCP no seu artigo 30º estabelece os valores limites para escolha de procedimentos conforme consta na imagem supra. E, no mesmo artigo faz refe-



rência que, salvo nos casos expressamente previstos no próprio Código, a escolha do tipo de procedimento é feita em função do valor do contrato. E o próprio CCP prevê que os valores limites podem ser atualizados por Decreto-Lei, ou seja pelo Governo.

Assim, visando a materialização da política de dinamização da economia

local, o Governo fez a atualização de valores, nos termos do Decreto-Lei de execução orçamental, aprovado pelo DL nº 1/2018 de 03 Fevereiro, e foram estabelecidos novos valores que se aplicam exclusivamente durante o ano 2018 e para Programas de Governo cujo objetivo seja promover e dinamizar a economia local e a geração de empregos nos Concelhos, em decorrência da previsão na Lei de Orçamento

## ...através da Contratação Pública

de Estado de 2018.

Isto significa que, os valores são aplicáveis apenas aos procedimentos cujas Entidades Adjudicantes estejam a contratar no âmbito de programas específicos devendo estes contratos serem celebrados por operadores económicos dos Concelhos ou da Ilha onde o contrato é executado. Em caso de não existirem operadores económicos habilitados nos respectivos Concelhos ou Ilha, a Entidade Adjudicante deve proceder ao lançamento do procedimento nos termos do Código da Contratação Pública.



O único Programa em vigor e que se enquadra nessa política, até agora, é o Programa de Requalificação Reabilitação e Acessibilidade (PRRA) liderado pelo Ministério das Infra-estruturas e Ordenamento do Território e Habitação com parceria das Camaras Municipais e cujo impacto já se faz notar.

### Programa de Requalificação Reabilitação e Acessibilidade (PRRA)

Codigo CC	Centro de Custo	Saldo			
65.08.01.01.79	Programa de Reabilitação de Habitações nos Municípios	27 080 000,00	70.04.01.01.161	Proteção Hidraulica Cidade das Pombas - Estudos	5 000 000,00
70.01.01.01.49	Apoio a Elaboração, Monitorização e Implementação dos Planos Urbanísticos (PDM, PDU e PD)	11 893 481,00	70.04.01.01.162	Reabilitação Estrada Cidade Velha - Santana	15 000 000,00
70.01.01.01.64	Capacitação da DGOTDU para Implementação do PNDUCCC (Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades)	3 674 700,00	70.04.01.01.163	Reabilitação Estrada Ribeira da Cruz - Chã de Norte	12 000 000,00
70.04.01.01.154	Estrada de acesso a Chã de Branquinho	60 000 000,00	70.04.01.01.164	Reabilitação via secundaria Pico Freire	12 000 000,00
70.04.01.01.156	Reabilitação estrada Praia - Assomada - Estudos	12 000 000,00	70.04.01.01.165	Reabilitação da Estrada Ribeira de S.Miguel	60 000 000,00
70.04.01.01.157	Ligação Atalaia - Piorno - Fogo - Estudos 2017	8 000 000,00	70.04.01.01.22	Reabilitação da Estrada Fonte Lima - João Bernardo	25 000 000,00
			70.04.01.01.166	Reabilitação da Estrada Ponta do Sol - Fontainhas	6 000 000,00
			70.04.01.01.167	Desencravamento do interior do Conselho de Tarrafal	10 000 000,00
				<b>Total</b>	<b>267 648 181,00</b>

## SNCP tema de Conferência em curso de Pós-graduação



No âmbito do curso de Pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas e integrada no programa do referido curso, a Presidente do Conselho de Administração da ARAP, Carla Soares proferiu, no dia 23 de Março uma conferência sobre o Sistema Nacional da Contratação Pública-SNCP no Instituto Superior de Ciências Sociais e Jurídicas – ISCJS.

Numa plateia composta por docentes e discentes do curso, a PCA da ARAP iniciou a apresentação por conceituar o Sistema para depois expor sobre o contexto histórico do Sistema de Contratação Pública em Cabo Verde.

A conferência ficou marcado pela qualidade das intervenções da plateia, com questões pertinentes no que toca aos objetivos do Sistema Nacional da Contratação Pública-SNCP e sobre o papel dos mesmos. Questionaram ainda sobre o papel e atuação da ARAP em caso de incumprimentos, por parte das entidades adjudicantes, das normas da contratação pública. E foram esclarecidos ainda quanto ao papel da ARAP na resolução de litígios na contratação pública, através da Comissão de Resolução de Conflitos-CRC.

<p><b>COMPRAS PÚBLICAS</b></p> 	<p><b>Todas as segundas, quartas e sextas feiras de manhã, logo após o jornal das 10 na RCV!</b></p>	<p>Financiamento </p>
--	--	--

## Empossado novo membro da CRC



Carlos Silva foi empossado a 26 de Março como membro da Comissão de Resolução de Conflitos da ARAP-CRC, completando assim a equipa.

O novel membro da CRC espera que a Comissão “atinja excelência nas suas intervenções e contribua no âmbito da ARAP para ultrapassar dificuldades ou limitações que possam impedir o alcance dos objetivos da regulação das aquisições públicas, designadamente a aplicação efetiva dos recursos públicos nos termos da lei”.

Para atingir esse desiderato, o mesmo espera enquanto membro da Comissão de Resolução de Conflitos, poder aplicar o “conhecimento adquirido e a minha experiência de gestão, particularmente na área de *procurement*, para uma actuação eficaz na apreciação dos recursos interpostos e na identificação de problemas que se sanadas atempadamente, vão minimizar o risco das partes interessadas na contratação terem de disputar nos tribunais com custos acrescidos para a sociedade.

Carlos Alberto Lopes Silva é formado em Organização e Gestão de Empresas e Pós-graduado em Finanças. O mesmo foi recrutado através de concurso público promovido pela ARAP, e nomeado nos termos da Deliberação do Conselho de Administração da ARAP, publicada no Boletim Oficial n.º 20/2018, de 23 de Março.

## Recursos à CRC 1º trimestre 2018

A Comissão de Resolução de Conflitos da ARAP-CRC recebeu até o dia 31 de Março, 9 (nove) recursos. Um incremento de 3 (três) recursos, em relação ao 4º trimestre de 2017 no qual se registou 6 (seis) recursos.

Comparativamente ao período homólogo de 2017 a CRC teve um aumento de 4 (quatro) recursos.

Com relação ao número de decisões, a CRC emitiu neste trimestre 5 (cinco) Deliberações. Destas, apenas 1 (uma) foi considerada procedente, sendo as restantes julgadas improcedentes.

As Deliberações da CRC podem ser consultadas no site [www.arap.cv](http://www.arap.cv)



## ARAP reúne com as entidades adjudicantes auditadas para debater resultados da auditoria



Os procedimentos de contratação pública conduzidos pelas entidades adjudicantes durante o ano de 2016, foram auditados em 2017 e cujos resultados ficaram concluídos em Fevereiro de 2018.

A auditoria ficou marcada pelo fato de ser a primeira feita aos procedimentos conduzidos ao abrigo do Código da Contratação Pública, que entrou em vigor em Outubro de

2015, e também por ter sido a primeira a ser realizada exclusivamente por uma equipa da ARAP.

Os resultados dessa auditoria foram na mesma linha dos anteriores, demonstrando ainda ausência na planificação das aquisições públicas, escolha excessiva do ajuste direto, entre outros incumprimentos, ficando evidenciado necessidade de correções e melhorias a serem introduzidas. E foi nessa perspetiva que a ARAP, diferentemente dos anos anteriores, convocou todas as entidades adjudicantes auditadas para perceber melhor as causas dessas atuações, e juntos elaborar um plano de ação de correção e melhoria transversal, para implementar em 2018.

Assim, aos 27 dias do mês de Março, decorreu a socialização dos resultados das auditorias, seguido da identificação das propostas de soluções para diferentes casos visando reforçar a capacidade das entidades no sentido de melhorar a condução dos procedimentos de contratação pública.

A ARAP deve introduzir essas informações no plano de supervisão dos procedimentos e monitorizar continuamente essas entidades no sentido de orienta-las para que possam implementar as melhorias definidas.

Fique atento a nossa página no  
facebok/ARAP.CV



## Em imagens....



CAPACITAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO

Conferência sobre SNCP no Curso de Pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas



CAPACITAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO

Conferência sobre SNCP no Curso de Pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas



CAPACITAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO

Apresentação e discussão dos resultados de Auditoria



CAPACITAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO

Encontro de dinamização da rede de compradores públicos



CAPACITAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO



CAPACITAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO

Posse do membro da Comissão de Resolução de Conflitos – Carlos Silva

Por Um Cabo Verde Mais Transparente



ARAP23.02

**Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas**

Rua Neves Ferreira, n° 5  
Cruzeiro (zona do ténis)- Plateau  
Praia-Santiago  
Cabo Verde  
Tel: 260-04-07  
Fax: 261-56-66

